

Crise leva menor para trabalho informal

Estado tem 54 mil crianças entre 10 e 14 anos trabalhando, mas legislação muda e proíbe atividade para quem tem menos de 16 anos

CLÁUDIA FELIZ

A crise econômica que se abate sobre o país está "empurrando" um número cada vez maior de menores para o mercado de trabalho. É certo que a alta taxa de desemprego os força a engrossar a legião dos que atuam no mercado informal. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que no Espírito Santo existem 158.141 crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, economicamente ativos. Desse total, 54.519 (34,47%) têm entre 10 e 14 anos de idade. Muitos deles representam a única fonte de sustento de suas famílias. Mas uma Emenda Constitucional, em vigor desde dezembro do ano passado, altera esse quadro no plano legal. Ela estabelece que, à exceção dos aprendizes, apenas menores a partir dos 16 anos de idade podem trabalhar. Antes da Emenda número 20 e de acordo com o que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, a idade permitida para os aprendizes era a partir dos 12 anos e o ingresso no mercado de trabalho garantido a quem tivesse no mínimo 14 anos de idade.

MUDANÇA - O texto constitucional, que alterou o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de 18 anos e qualquer tipo de trabalho aos menores de 16 anos. A única exceção é feita no caso de menores-aprendizes, mas somente para aqueles que comprovem estar devidamente matriculados em cursos do Senai, Sesi e Senar.

A nova legislação proíbe também a emissão de carteiras de trabalho para menores de 16 anos em caso de estágio, devido à falta de previsão legal. A Emenda Constitucional surge, porém, gerando muita polêmica. Mesmo os defensores da idéia de que "lugar de criança é na escola" - slogan da campanha do Governo Federal que diz não ao trabalho infantil - identificam na restrição legal um ver-

maior for a dificuldade de um adolescente de baixo nível sócio-econômico ter acesso ao trabalho, maiores serão suas chances de vir a delinquir. "Se eu perceber que o melhor para um menino é o trabalho, emito a ordem judicial autorizando seu ingresso no mercado de trabalho, contrariando o que a emenda determina", avisa ele. O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, Levi Scatolin, também questiona se a sociedade brasileira está preparada para o que ele define como "radical postura legislativa de combate ao trabalho infantil".

Em artigo publicado recentemente em A GAZETA o procurador atingiu o cerne da questão, argumentando: "Esqueceram-se os senhores legisladores de questionar um único fato: Por que trabalham nossas crianças? Seria porque gostam? Seria porque são forçadas por patrões inescrupulosos ou pelos próprios familiares? Ou seria por pura necessidade de sobrevivência? A resposta a essa indagação leva-nos à conclusão de que a elevação da idade mínima para o trabalho para 16 anos, neste momento de profunda crise que o mundo vive e, em especial, o Brasil é, no mínimo precipitada".

Fazendo questão de dizer que é radicalmente contra o trabalho infantil, o procurador alerta, porém, que a alteração da faixa etária, sem uma rede de segurança social que ofereça aos jovens acesso fácil à escola de qualidade e também ao aprendizado profissionalizante do chamado sistema S (Senai/Sesi/Senar), acabará forçando, ainda mais, a inserção dos meninos e meninas no mercado informal de trabalho. "Eles serão ainda mais explorados do que já são", garante.

Tanto o procurador Scatolin quanto o coordenador do Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente da Delegacia Regional do Trabalho, Fernando Pimentel, identificam outra dificuldade imposta pela nova legislação. Vai ser preciso, segundo eles, recomeçar um trabalho já iniciado de combate à exploração nessa área, em todo o Estado.



Fiscalização tenta evitar a exploração

Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) flagraram este mês, em Santa Tereza, em 13 empresas de fabricação de caixotes, seis adolescentes trabalhando sem carteira assinada e em Baixo Guandu, 16 crianças e adolescentes trabalhando numa cooperativa de cortadores de pedras, em companhia dos pais. O fato foi denunciado ao Ministério Público. São apenas dois exemplos de uma realidade de exploração do trabalho do menor no Espírito Santo.

Nenhum órgão público do Estado conhece ao certo a extensão desse problema. Um diagnóstico realizado pelo Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente da DRT, feito entre 1995 e 1996, em 12 atividades econômicas, mostrou a presença de 845 menores e muitas irregularidades. Do total, 35 tinham menos de 12 anos de idade; 48 estavam na faixa entre 12 e 14 e 762 tinham mais de 14 anos de idade.

O coordenador do núcleo e o delegado do Trabalho, Fernando Pimentel e Fernando Paterline, respectivamente, garantem que nos últimos dois anos, a partir da criação do núcleo e de um rigor maior da fiscalização, a situação vem apresentando sinais de melhora. Em janeiro deste ano a DRT fiscalizou 440 empresas no Estado, com 11 mil empregados. Não encontrou nenhum menor até 14 anos de idade, apenas três entre 14 e 16 anos e 149 na faixa a partir dos 16 e menores que 18 anos. De todos, só dez não tinham registro em carteira de trabalho.

A multa por uma irregularidade do gênero (se o patrão for primário) é de 318,2847 Ufirs ou R\$ 310,96. "Quem explora parte do princípio de que adolescentes trabalham mais, não há respeito ao que a lei determina, não geram encargos sociais para o patrão", diz Fernando Pimentel, lembrando que há multas, no caso de infração de se-

trificam na restrição legal um verdadeiro golpe sobre as famílias de baixa renda. E apontam incoerência entre o legal e o real; isto é, entre o que seria ideal e a realidade vivida por milhares de cidadãos brasileiros de baixíssimo poder aquisitivo.

O próprio juiz da Infância e da Juventude de Vitória, Paulo Luppi, parte do princípio de que quanto

do do Estado.

Embora a DRT informe que existam direitos assegurados para os adolescentes a partir de 14 anos, que já estavam trabalhando e devidamente registrados quando a emenda entrou em vigor, o procurador admite que há correntes com interpretações diferentes sobre a existência ou não desse direito, a partir da mudança da legislação.

Proibição de acesso preocupa técnicos

A proibição de acesso ao mercado de trabalho a menores de 16 anos – exceção feita apenas aos aprendizes – causa preocupação a coordenadora do Programa Adolescência e Cidadania, Centro de Integração Empresa Escola (Ciee), Mônica Rezende de Moura. “O trabalho de prevenção fica seriamente comprometido”, diz ela, que mantém no Ciee uma lista de espera com 150 nomes de adolescentes, a espera de uma vaga numa empresa privada, com direito a um salário mínimo e registro em carteira.

“Antes, quando o menino ou a menina completavam 14 anos, já tinham para onde ser encaminhados. Agora têm que esperar mais dois anos. O tempo, nesse caso, tem um peso muito grande. O processo de formação e desenvolvimento dos adolescentes no programa acabará sendo atropelado”, diz ela. O Ciee mantém 200 adolescentes, indicados por prefeituras da Região Metropolitana, trabalhando em empresas-parceiras.

PROCURA – Também aos técnicos que atuam nos programas sociais dos municípios da Grande Vitória, desenvolvidos em parceria com o Ciee, a alteração da faixa etária causa apreensão. Em Vitória, Cariacica e Serra, um significativo número de meninos e meninas reforça a renda familiar participando de projetos que os levam a trabalhar em empresas privadas, conciliando a atividade com a frequência à escola e recebendo até um salário mínimo por mês. A procura por esses projetos é grande.

Na Serra, na semana passada, em apenas dois dias 150 adolescentes se inscreveram. “Em nosso município metade de população está abaixo da linha de pobreza. A gente fica

enxugando gelo o tempo todo”, diz a diretora do Departamento para o Trabalho da Prefeitura, Silvana Fadel, preocupada com a possibilidade de muitos adolescentes abandonarem a escola por não poderem participar de estágios nas empresas.

A assistente social da Prefeitura de Cariacica, Deíza da Rocha Pimentel, garante que a maioria dos adolescentes mantidos no projeto coordenado pela municipalidade ajuda a manter a casa com o dinheiro recebido mensalmente. Nas últimas segunda e terça-feiras, quase 50 inscrições foram feitas para novas adesões ao programa.

Em Vitória, a coordenadora da Casa do Adolescente Trabalhador, da Prefeitura da Capital, Maria Lúcia Pinto de Figueiredo, é outra a criticar a exclusão dos menores de 16 anos do direito de acesso ao trabalho. “É uma proposta cínica, imposta sem discussão. Não há escolas para essas crianças. Trata-se de uma grande incoerência num país miserável como o nosso”, diz ela, fazendo questão de frisar que não defende a exploração das crianças.

Chefe da Divisão de Atendimento à Criança e ao Adolescente da PMV, Fátima Eleonora de Almeida, lembra que o agravamento da situação econômica, aliado à falta de políticas públicas em muitos municípios, pode ser sentido nas ruas. Em Vitória, uma pesquisa feita pela Prefeitura mostrou a presença de 118 meninos e meninas, a maioria (69%) com vínculos familiares, esmolando e se drogando. Do total, 30% são trabalhadores – vendem o que podem nos cruzamentos semaforizados, engraxam sapatos, dentre outras atividades. Nem todos, porém, são da Capital já que 46% são originários de Cariacica, 11% de Vila Velha, 8% da Serra e 2% de Viana.



REALIDADE

Menores vendedores de picolés, no centro de Vitória: em primeiro lugar, a luta pela sobrevivência

Vidas marcadas pela esperança

Márcio dos Santos, 11 anos; José Erandir Vieira Filho, 11; Gutemberg Falcão Calixto, 12; e Rosana da Luz Santos, 16. Três meninos e uma menina trabalhadores. Márcio vende paçoca e chup-chup nos semáforos do Centro de Vitória; José Erandir, ou Zezinho, como ele prefere ser chamado, é camelô, na mesma região; Gutemberg é empacotador e carregador de compras num quilão, na Praia do Suá; enquanto Rosana dá os primeiros passos na sua “carreira” de babá, em Jardim da Penha.

Na última quinta-feira foi o dia do aniversário de Rosana, filha “do meio” de pai portuário e mãe dona-de-casa, moradores de Porto de San-

tana, em Cariacica. A menina cuida de duas crianças, de 2 e 5 anos de idade, desde o início deste mês. Não tem carteira assinada e está ansiosa, torcendo para chegar logo a hora em que receberá seu primeiro salário mínimo. Admite que não vai poder dar continuidade aos estudos – parou na 7ª série do 1º grau – porque os padrões chegam em casa só depois das 19 horas e as crianças não terão com quem ficar na sua ausência.

COBRANÇA – Márcio diz que só começou a vender paçocas e a mistura de pó com sabor artificial de guaraná com água e açúcar, congelado e amarrado numa sacolinha plástica,

nos últimos dois meses. O pai é aposentado – ganha R\$ 130,00 –, a mãe é dona-de-casa e o menino, mais um entre dez irmãos. “Quando não está muito quente vendo a paçoca. Pago R\$ 2,70 por uma caixinha com 56 pacotes e vendo quatro por R\$ 1,00”, diz ele. Feitas as contas, lá vai Márcio para casa com um lucro de R\$ 11,30, depois de permanecer nas ruas, circulando entre carros, por até oito horas seguidas. O garoto admite que seu pai briga quando ele chega em casa sem um faturamento no mínimo razoável.

José Erandir, o Zezinho, não relata problema do gênero. Assim como Márcio, ele estuda. Mas tem que fa-

zer o dever de casa no local de trabalho, a banca de camelô do pai, na Praça Costa Pereira, onde atende os fregueses em companhia do primo Leandro Evangelista Costa, de 17 anos. Por semana o menino diz que recebe R\$ 15,00. Garante que acompanha o pai na dura tarefa de vender mercadorias expostas numa banca, em via pública, desde os seis anos de idade. “Ser camelô não é bom. Tem o prejuízo de quando a gente é roubado ou quando a fiscalização incomoda. Quero ser médico ou dentista quando crescer”, diz ele.

Entre o carregamento de um outro carrinho repleto de legumes e verduras, o empacotador e carregador Gutemberg Calixto, um dos oito filhos de um pai pedreiro e de uma mãe dona-de-casa, diz que trabalha todas às quartas, quintas e sextas-feiras, de 6 às 11h30m. Uma vez por semana, também vai aos sábados. Para evitar tumulto, os seguranças do quilão definiram uma escala para os quase 30 garotos de até 16 anos que ali trabalham, sem qualquer vínculo. É cada vez maior o número de pais pedindo para que seus filhos tenham direito ao “privilégio”, diz o gerente, que prefere não se identificar para evitar problemas com a fiscalização. Gutemberg diz que consegue ganhar R\$ 50,00 na semana em que trabalha no sábado. E R\$ 30,00 quando isso não acontece.

O pequeno menino já carregou compras, fazendo frete na feira de Santo Antônio, e está na 6ª série. Tanto ele, quanto Zezinho, Rosana e Márcio, têm a noção clara de que a vida não lhes permite muito espaço para usufruir da irresponsabilidade própria de uma infância e adolescência normais. “Saio de casa, em Viana, às 13 horas e só volto às 19 horas. Sei consertar e trocar pulseira e bateria de relógio. Meu pai me deu essa responsabilidade. Me vejo como um trabalhador”, diz Zezinho.



Chico Guedes

TRABALHADOR

O menino Gutemberg, na feira de legumes: sentimento de quem já se entende como verdadeiro trabalhador



REALIDADE

Menores vendedores de picolés, no centro de Vitória: em primeiro lugar, a luta pela sobrevivência